

ARTIGO

O AGRONEGÓCIO DA CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DO ACRE: O INCENTIVO ESTATAL, A QUESTÃO DO CAMPESINATO E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Cleilton Sampaio de Farias¹
José Júlio César do Nascimento Araújo²

Resumo

Este artigo é parte da pesquisa “A territorialização da Agroindústria Álcool Verde e a Questão Agrária no município de Capixaba/AC” que desenvolvemos no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional da UFAC. Nele abordamos o avanço do agronegócio da cana-de-açúcar em direção a Amazônia Sul Ocidental, principalmente através da territorialização da Agroindústria Álcool Verde no estado do Acre. Para isso, descrevemos algumas das principais características dessa dinâmica, tais como: o papel do estado e os incentivos para a territorialização do agronegócio, a questão do campesinato circunvizinho ao projeto e as condições de trabalho na agroindústria.

Palavras-Chave: Territorialização, agronegócio, sucroalcooleiro, campesinato, trabalho

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional (PPGMDR/UFAC), Professor do IFAC, Pesquisador do Núcleo de Estudos e Extensão em Agroecologia do Acre (NEEACRE). cleiltosampaio@yahoo.com.br.

² Mestre em Desenvolvimento Regional (PPGMDR/UFAC), professor da rede pública de ensino do Acre e do Amazonas, especialista em Gestão de Políticas Públicas, autor do livro O Homem Falando no Escuro (UEA - SEC, 2003) e Simbolismo e Imaginário: um olhar sobre a cultura no Vale do Juruá (Valer, 2007).amadeus13julio@gmail.com.

Introdução

O plantio de cana de açúcar é um dos primeiros marcos regulatório da propriedade privada em terras brasileiras. Os primeiros canaviais datam do século XVI, momento em que o produto tinha alto valor comercial na Europa. Sua implantação no Brasil foi fundamentada sobre o latifúndio, a monocultura e a mão-de-obra escrava, e tinha como elemento o engenho, a casa grande e a senzala (PRADO JUNIOR, 1984, p.31-40).

Por muito tempo os seus principais subprodutos foram o açúcar e o álcool para serem adicionado a bebidas e outros usos industriais. Em meados do século XX, o etanol começou a ser adicionado à gasolina (como álcool anidro), deixando a produção de ser exclusivamente para o setor de alimentos, para destinar-se ao setor energético, direcionando parte da produção para subsidiar os combustíveis automobilísticos (PROÁLCOOL, 2007, p. 01-05).

O álcool surge como alternativa energética no Brasil na década de 1970 do século XX. Visando diminuir a dependência externa por combustíveis fósseis escassos provenientes do petróleo, sobretudo após o chamado choque do petróleo, o governo brasileiro cria o PROÁLCOOL (Programa nacional do álcool).

O programa brasileiro do álcool (PROALCOOL) criado através do Decreto nº 76.593 de 14/11/1975, surge em um momento de grande euforia desenvolvimentista, com o objetivo de incentivar a produção de cana-de-açúcar para a produção de álcool, através do aumento da produção agrícola, da modernização e ampliação das destilarias existentes e da instalação de novas unidades produtoras (PROÁLCOOL, 2007).

As conseqüências deste projeto foram consideráveis. Em pouco tempo, o país criou uma ampla rede de distribuição de álcool hidratado, adaptou pioneiramente veículos, desenvolveu tecnologias para o uso do álcool anidro como aditivo para combustíveis e tão rapidamente produziu inovações institucionais e organizacionais.

O PROÁLCOOL foi um programa bem-sucedido de substituição em larga escala dos derivados de petróleo. Foi desenvolvido para evitar o aumento da dependência externa de divisas quando dos choques de preço de petróleo. De 1975 a 2000, foram produzidos cerca de 5,6 milhões de veículos a álcool hidratado. Acrescido a isso, o Programa substituiu por uma fração de álcool anidro (entre 1,1% a 25%) um volume de gasolina pura consumida por uma frota superior a 10 milhões de veículos a gasolina, evitando, assim, nesse período, emissões de gás carbônico da ordem de 110 milhões de toneladas de carbono (contido no CO₂), a importação de aproximadamente 550 milhões de barris de petróleo e, ainda, proporcionando uma economia de divisas da ordem de 11,5 bilhões de dólares (PROÁLCOOL, 2007).

O programa passou por uma evolução significativa e modificou não só a destinação da produção da cana-de-açúcar que antes era exclusiva para o setor de alimentos e passou para o setor de combustível, como também, a empresa automobilística que passou por transformação para adaptar os veículos para o uso exclusivo de álcool.

A crise de abastecimento de álcool do fim dos anos 1980 afetou a credibilidade do PROALCOOL, que, juntamente com a redução de estímulos ao seu uso, provocou, nos anos seguintes, um significativo decréscimo da demanda e, conseqüentemente, das vendas de automóveis movidos por esse combustível, mas, atualmente, após o desenvolvimento de novas tecnologias o setor automobilístico voltou a apostar no álcool com o lançamento de veículos movidos a dois combustíveis distintos, o bicombustível.

Após algum tempo, o setor passou por um aparente declínio no uso energético da cana-de-açúcar entre o período de 1986 a 1995. Mas na atual conjuntura nacional e mundial, surge como um modelo “sustentável” com o advento do biocombustível e dos veículos movidos a motores *flex. fuel*, ou seja, a bicombustíveis ou dois combustíveis distintos. O biocombustível surgiu como alternativa “sustentável” para a substituição de combustíveis fósseis não renováveis e altamente poluentes. É um produto renovável, obtido através de vegetais como a cana-de-açúcar. Diante do nível elevado das cotações do petróleo no mercado internacional, a expectativa é que aumente a produção e o consumo do álcool combustível (anidro e hidratado).

O modelo bicombustível é uma forma encontrada pelas montadoras de oferecer mais confiança e opção aos motoristas, que ao adquirir um automóvel com essa característica podem optar por qual combustível usar, levando em consideração a oferta e o preço, e assim, não temer mais a indisponibilidade ou o aumento de preço, pois poderá usar sempre outro produto. “Em 2003, a Volks lançou o primeiro carro Total Flex. (movido a álcool e/ou gasolina) no mercado nacional, introduzindo o sistema em um modelo básico, o gol” (BOURNE JR, 2007, p. 66). Hoje, a maioria das montadoras já usa a tecnologia do bicombustível em grande parte de seus veículos, tendo em vista o aumento da demanda por veículos que possuem essa característica.

Atualmente, quase 80% dos carros vendidos no Brasil são do tipo flex.: modelos pequenos e esportivos que circulam entre enormes e fumacentos caminhões a diesel. Com 1 litro de álcool custando em média um real menos que o litro de gasolina, a maioria desses veículos flex. costuma ser abastecida com álcool (BOURNE JR, 2007, p. 66).

Segundo Bourne Jr. (2007, p. 66), a preferência pelo etanol da cana-de-açúcar como combustível, está no fato de ser considerado por muitos como um combustível limpo, tendo em vista que a produção e a queima do álcool de cana geram cerca de 55% a 90% menos dióxido de carbono do que no caso da gasolina, e sua

produtividade é duas vezes superior à do etanol proveniente do milho, ou seja, 5,7 a 7,6 mil litros por hectare. Além desses benefícios, também se utiliza a biomassa que resta do processamento da cana-de-açúcar na geração de bioenergia que parece ser uma prática comum nas usinas.

Praticamente a totalidade das usinas brasileiras é auto-suficiente na geração de energia e potencial geradora de bioeletricidade excedente. Atualmente, as usinas de açúcar e etanol têm um potencial médio de geração de excedentes de energia equivalente a 1.800 megawatts médios (MW), o que corresponde a apenas 3% das necessidades do Brasil. No entanto, com a modernização das usinas, por meio da utilização de caldeiras mais eficientes, e em função da adição da palha de cana (pontas e folhas dos talos) à biomassa do bagaço, estimativas sugerem que, até 2015, essa geração possa chegar a 11.500 MW médios, ou 15% da demanda de energia elétrica do país. Esse valor é superior ao gerado pela hidrelétrica de Itaipu e equivale ao consumo anual de energia de países como Argentina ou Holanda (JANK; NAPPO, 2009, p. 31).

Nesse caso, a produção de bioeletricidade pode contribuir com a demanda de eletricidade e tornar a matriz energética nacional ainda mais limpa. É por isso que o etanol pode ser considerado uma alternativa energética e ecológica.

Portanto, o cultivo da cana-de-açúcar no território brasileiro é muito antigo, no entanto, o uso para fins energéticos é um pouco recente e data da década de 70 do século XX, com o objetivo de fortalecer a matriz energética contra as crises mundiais de abastecimento de petróleo. Atualmente, o cultivo da cana para o uso energético se expande pelo Brasil no contexto ecológico de alternativa “limpa”, visando em certa medida substituir o uso de combustíveis fósseis não renováveis e poluentes.

No Acre a produção de etanol a partir da cana-de-açúcar possui duas fases que se ligam ao contexto nacional. Em primeiro lugar com a Alcobrás nos auspícios do PROALCOOL e, atualmente, com a Álcool Verde S/A no contexto ecológico dos biocombustíveis.

1. O desenvolvimento sustentável do Acre e a territorialização do agronegócio sucroalcooleiro

A partir da eleição da Frente Popular do Acre – FPA para o Governo do Estado em 1998, entra em curso um novo projeto de desenvolvimento regional: o “Governo da Floresta” e seu projeto de desenvolvimento sustentável. A Frente Popular Acreana era composta por partidos políticos de Ideologias diversas, encabeçada pelo PT e PC do B, apoiada também pelos partidos: PV, PCB, PPS, PSTU, PRONA, PFL e PSDB.

O “Governo da Floresta”, *slogan* utilizado pela Frente Popular para expressar a “consonância” das idéias propostas por eles, com os ideais dos movimentos sociais, sejam eles organizações coletivas, comunitárias ou sindicais. Não obstante, o que ocorre a partir daí, é um processo de cooptação da maior parte das lideranças sindicais, bem como dos símbolos e signos de luta histórica dos trabalhadores acreanos, que passam a serem incorporados diretamente nos discurso oficiais.

É nessa lógica, em que o planejamento econômico é utilizado como estratégia para a reprodução capitalista (SANTOS, 2007, p. 14), que as políticas públicas com base no desenvolvimento sustentável, somente refletem as aspirações do neoliberalismo. Assim, é que o poder estatal propõe para o campo acreano uma “modernização” que seja capaz de lhes (des) envolver através da inserção mercadológica. Essa proposta diz respeito a uma “nova racionalidade” que se espalha pelo território nacional, capaz de alcançar alta produtividade no campo e de sustentar a balança comercial favorável, através da geopolítica do agronegócio. Para tanto, várias são as secretarias de estado empenhadas em construir uma infraestrutura dotada de aparatos energéticos e rodoviários, capaz de integrar o estado em nível regional, nacional e internacional (BR 364, Complexo Hidroelétrico do Madeira e Interoceânica Brasil – Peru ou “Estrada do Pacífico”) e, além disso, vários são os recursos públicos destinados para alcançar tal fim.

O agronegócio, conceituado como “complexo de sistemas que compreende a agricultura, indústria, mercado e finanças, todos sob o controle do capital, que ainda

utiliza o campesinato no sistema de forma contraditória” (WELCH; FERNANDES, 2008, p. 165; SOUZA; CONCEIÇÃO, 2008, p. 104) é citado como a principal estratégia para o desenvolvimento do capital no campo brasileiro, através da modernização do atrasado latifúndio, que nessa lógica permanece e efetiva-se no sistema, unindo latifundiário e capitalista. Para os defensores do agronegócio os latifúndios se transformam em verdadeiras empresas rurais, imóveis altamente produtivos, explorados racionalmente e responsáveis por vários benefícios econômicos e sociais (FABRINI, 2008, p. 37). No entanto, o agronegócio esconde a monopolização da terra, a exploração do trabalho e o cultivo da monocultura para a exportação.

Observa-se a predominância do Estado brasileiro na opção pelo agronegócio quando se fala em desenvolvimento. Este modelo permite mascarar a concentração das propriedades agriculturáveis, nas mãos de poucos donos, onde a grande propriedade, agora reconhecida enquanto “empresa rural” moderna, ao mesmo tempo em que preserva o direito “inviolável” à propriedade privada, dá aos grandes proprietários todos os privilégios por parte do Estado (SOUZA; CONCEIÇÃO, 2008, p. 113).

Esta abordagem que enfoca o agronegócio como sinônimo de modernização e superação do atraso no campo brasileiro é bastante controversa, tendo em vista que as práticas do agronegócio não geram realmente aquilo que se fala a respeito dele. Em seu desenvolvimento, não proporciona grandes vantagens em relação aos problemas agrários que causam. A estrutura agrária continua a mesma, com a efetivação do latifúndio, a produção ainda destinada para exportação, e os trabalhadores em precárias condições, consideradas como trabalho análogo à escravidão, e total desconsideração e desrespeito aos recursos naturais.

Um bom exemplo de agronegócio está na cadeia da cana-de-açúcar para produção de etanol com suas características básicas de atuação: a monocultura da cana-de-açúcar, o cultivo em grandes extensões de terras (latifúndio), a exploração

do trabalhador, a destinação da produção para a exportação, o desperdício de recursos naturais no plantio e processamento da cana-de-açúcar e, por fim, o apoio do governo com incentivos (fiscais e financeiros) de diversas formas para a manutenção e expansão do modelo.

O setor sucroalcooleiro brasileiro é um dos exemplos mais reais quanto à prática do agronegócio. Abrange a produção de açúcar ou álcool, ou atuação produtiva em algum elo da cadeia produtiva desses elementos. O setor está organizado basicamente em três estágios: plantação e cultivo da cana-de-açúcar; produção do açúcar ou álcool; comercialização do produto final (LINS; SAAVEDRA, 2007, p. 09).

Assim, aproveitando-se do falso discurso da “produtividade e desenvolvimento” que o agronegócio gera, o governo do estado no âmbito do seu projeto de desenvolvimento com base na sustentabilidade resolve, mais uma vez, investir dinheiro público em um empreendimento totalmente extrínseco as condições socioambientais da região amazônica - a produção do etanol da cana-de-açúcar – com a compra no ano de 2005 por 2,7 milhões dos restos da falida usina Alcobrás e cria a Álcool Verde S/A. Devemos acrescentar que a tendência nacional de expansão da produção de cana-de-açúcar para a produção de etanol também influencia neste processo.

O processo de aquisição da Alcobrás e os principais atores responsáveis pela criação da Álcool Verde podem ser esclarecidos na fala de S.M (2009):

[...] Quando Jorge Viana assumiu o Governo, e o Lula passou no empreendimento, quando da caravana da cidadania em 1996, então o levamos lá, ele viu ficou horrorizado com aquilo “de vê todo aquele equipamento que estava em perfeito estado de uso, tudo se deteriorando: eram os caminhões, os ônibus”, [...] tratores, caminhões, ônibus e tudo isso, toda essa infra-estrutura, o que sobrou mesmo foi só o maquinário pesado da usina, que não tinha como ser transportado. O Jorge Viana então assume o Governo com o desafio de retomar tudo aquilo que era problema do passado e dar uma solução, [...] foi também pensada a idéia da “Álcool Verde”, porque até aí como o Lula assumiu o mandato falando em bioenergia, os biocombustíveis, lançou o biodiesel, a questão do álcool subiu, botou isso numa pauta nacional e mundial, então tínhamos coragem e vamos entrar neste negócio do álcool que vai dar certo [...] (S.M, 2009).

O projeto sucroalcooleiro no Acre possui duas fases distintas e separadas por quase dezesseis anos. A primeira fase teve início em 1989 com a criação da Usina ALCOBRÁS (Álcool brasileiro S/A), vinculada ao PROALCOOL (Programa Nacional do Álcool) do governo federal, que visava minimizar as crises energéticas que assolou o Brasil na década de 70 do século XX. A segunda fase que predomina atualmente com a criação da Álcool Verde S/A no ano de 2005, assim como a primeira, também está ligada ao contexto nacional de produção e expansão dos biocombustíveis através do Plano Nacional de Agroenergia (PNA).

A agroindústria Alcobrás localizava-se na Fazenda Campo Grande, com a sede abrangendo uma área de 11 mil hectares, na zona rural do município de Capixaba. Há relatos de que só funcionou cerca de uma semana e depois faliu. Desde então, as terras e o que restou dos maquinários foram abandonados, ficando expostos aos efeitos do tempo e de vândalos. O projeto foi financiado com recursos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) via Banco do Brasil. Estes benefícios estatais visavam fortalecer a nação contra a dependência pelo petróleo estrangeiro, através da criação e consolidação da matriz energética baseado na alternativa do álcool como combustível.

Após o fracasso da ALCOBRÁS, do montante dos gastos públicos e dos prejuízos ao meio ambiente causados pela formação do projeto, agora diferentemente do primeiro projeto em que um empresário com posse de financiamento público tentou produzir álcool no Acre, o governo estadual com ajuda do governo federal retoma o projeto, com um novo paradigma a ser considerado, que diferentemente de muitas partes do Brasil em que esse tipo de agronegócio é desenvolvido, neste território o empreendimento segundo o discurso governamental deverá ser “verde”, ou seja, no plantio, na produção e distribuição do álcool, haverá equidade social, respeito ao meio ambiente e eficiência econômica (ACRE, 2006, p.77).

O discurso do governo justifica o investimento aplicado na aquisição da agroindústria afirmando que o papel deste é: desenvolver o local com a intensificação da agricultura nas áreas já desmatadas, permitindo viabilizar tanto a geração de emprego e renda para as populações rurais, quanto o abastecimento dos mercados urbanos, além de contribuir para reduzir as pressões de desmatamento no Estado do Acre. Para eles, a agroindústria deverá assumir grande importância econômica, social e ambiental nos próximos anos. “Como esta é uma cultura intensiva no uso de insumos e mão-de-obra, a tendência é que ela venha ocupar áreas capoeiras e de pastagens em degradação localizadas a distâncias de até 50 km da agroindústria” (ACRE, 2006, p. 156).

Durante a intermediação para a compra da antiga usina (Alcobrás) e a formação da “Álcool Verde” alguns agentes políticos tiveram papéis relevantes que merecem ser enfocados. Dentre eles está o governador da época Jorge Viana, o senador Tião Viana e o senador Sibá Machado.

Assim, após algumas conversas, e definidos os rumos, procedeu-se a repartição das atribuições entre ambos: Tião Viana ficou com a negociação com o Banco do Brasil (antigo proprietário), Sibá Machado a de encontrar um empresário que pudesse dar a segurança de que o empreendimento tinha condições, viabilidades efetivamente de funcionar e, Jorge Viana a de comprar a agroindústria, ou seja, de viabilizar perante a Assembléia Legislativa uma lei que autorizasse o executivo a destinar recursos para a compra (S.M 2009).

A autorização para que o governo comprasse o que restara de bens da usina junto ao Banco do Brasil pela quantia de por dois milhões e setecentos mil reais, foi concedida pela Assembléia Legislativa através da lei Nº 1.636 de trinta de março de 2005 (ACRE, 2005), aprovada por unanimidade entre os 24 deputados estaduais. Por força dessa lei o poder executivo estadual iniciou o processo de territorialização do pólo agroindustrial para produção de açúcar e álcool no município de Capixaba a “Álcool Verde”.

O processo de territorialização que enfocamos é a ação exercida por um ator para dominação e apropriação de porções do espaço concreto ou abstrato. “Como processo de apropriação e controle, a territorialização se inscreve sempre num campo de poder, não apenas no sentido de apropriação física, material, mas também imaterial e simbólica” (HAESBAERT, 1997, p. 40).

A territorialidade pode ser compreendida como um componente da totalidade do território, composta de três elementos: senso de identidade espacial, senso de exclusividade e compartimentação da interação humana no espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 162).

Com a compra o estado apropriou-se do espaço a ser dominado, então, faltava-lhe ainda a identidade espacial que somente lhe foi conferida com a parceria pública privada firmada entre o governo e o Grupo Farias – tradicional grupo do setor sucroalcooleiro do Estado de Pernambuco – formando a nova territorialidade Álcool Verde S/A.

Após a adesão do Grupo Farias ao projeto (60% das ações) juntaram-se também ao governo do estado (05% das ações) as empresas e pessoas físicas donas das cotas (25% das ações) e o Grupo Santa Elisa, da família Biaggi (10% das ações). Os 5% de ações provenientes do estado no projeto representa a propriedade do que se refere à Lei Nº 1.636 de trinta de março de 2005, o pólo agroindustrial para produção de açúcar e álcool a “Álcool Verde”, que é apenas cedida ao agronegócio.

Para a formação do canal da agroindústria, no terceiro trimestre de 2007, a empresa já havia firmado 12 contratos de arrendamento, com aproximadamente 5.727,66 hectares formando uma área plantada de 1.800 hectares (RIMA 2008, p. 12).

No caso da Álcool Verde o arrendamento funciona da seguinte forma: o proprietário cede à área para o empreendimento (arrendatário), que por sua vez realiza o plantio como a irrigação e toda a logística que necessitar, e no final o

rendeiro passa a ter uma participação em torno de 10% da receita líquida proveniente da colheita da área a cada ano aproveitável. Ou seja, ele tem uma proporção de 10% pelo fato de ter cedido à área, ou o seu direito de produzir naquele espaço, para o plantio da cana (E. P. F, 2009).

Para a formação da área de plantio foram utilizadas quatorze variedades de cana-de-açúcar, obtidas do viveiro de mudas em uma área de 500 ha. As mudas (em talos) são provenientes da região Centro-Oeste, especialmente dos estados de Mato Grosso e Goiás (FERREIRA, 2006, p. 01).

Calcula-se que ao todo, incluindo o valor pago na compra da Alcobrás (2,7 milhões), o estado já tenha gasto cerca de R\$ 4.495.518,61 no projeto, sendo: R\$ 538.064,40 aplicados na consolidação e ampliação do complexo agroindustrial para produção de açúcar e álcool no Baixo Acre, integrado a Álcool Verde (ACRE, 2007) através Programas Estruturantes com Impactos na Economia, vinculados ao Planejamento Estratégico da gestão 2007 – 2010 e, R\$ 1.257.454,21 através do programa de Incentivo Tributário na Modalidade de Financiamento Direto ao Contribuinte (ACRE, 2010, p. 02).

Somando-se aos investimentos citados podemos mencionar vários incentivos que o estado oferece para o desenvolvimento do agronegócio: pela parte fiscal concede-se uma isenção de 95% do ICMS pelo período de 20 anos conforme entrevista com E. P. F. (2009). Nesse caso, o estado não “gasta”, mas, também não arrecada. O incentivo que beneficia o agronegócio prejudica a população que necessita das benfeitorias do estado que são proporcionadas com a arrecadação de impostos e taxas.

As bases nas quais se assenta a territorialização da Álcool Verde S/A são apresentadas no Plano Diretor do empreendimento (RIMA, 2008, p. 12). O plano diretor expõe a quantidade de cana-de-açúcar a ser plantada, colhida, processada e os produtos obtidos no final do processamento: álcool, açúcar e energia, por anos,

de 2005 (ano em que iniciou o projeto) a 2015 (ano em que todo o ciclo produtivo estará completo).

De acordo com o Plano Diretor a Álcool Verde já possuía 50 ha com cana em 2005 provenientes de plantio. Em 2006 essa área foi ampliada para 500 ha, sendo 450 ha de plantio e 50 ha de cultivo. Em 2007 passou para 1.808 ha, destes 1.308 ha de plantio e 500 ha de cultivo. Em 2008 passou para 2.810 ha, sendo 2.500 ha de plantio e 310 ha de cultivo. Em 2009 passou para 8.850 ha, sendo 4.600 ha de cultivo e 4.258. No ano de 2010 possuía 13.858 ha, sendo 5.000 ha de plantio e 8.858 de cultivo. De 2010 a 2015 pretende-se adicionar 5.000 ha no plantio por ano.

Em relação à colheita o plano estabelecia que fosse iniciada no ano de 2009 em 3.958 ha com produtividade de 389.380 ton., no entanto, atrasou em um ano e só foi efetivada em meados de setembro de 2010 em valores ainda não divulgados.

Os produtos a serem processados pela Álcool Verde estabelecidos no plano é o açúcar previsto para começar somente no ano de 2012 com 1.800.000 sacas, o álcool anidro previsto para 2010 com 40.976 m³, o álcool hidratado previsto para 2010 com 30.784 m³ e a co-geração de energia prevista para 2011 com 108.610 (Mwh). A produção de álcool realmente começou em 2010, no entanto, não foi divulgada a quantidade produzida e nem disponibilizada para o comércio com a população.

Dessa forma, de acordo com o que está previsto no plano diretor todas as ações desde a implantação do plantio, colheita e até o processamento da cana para produção de álcool estão atrasadas. Este fato gerou prejuízos para a empresa que ainda não teve retorno dos investimentos e vê o canavial a cada dia envelhecer e, também, ao governo do estado que no prenúncio da eleição para sucessão governamental (2010) viu o agronegócio ainda improdutivo gerando um desconforto diante da população que ainda paga um alto valor (em comparação com outros estados) pelo litro de álcool.

Estas foram algumas das principais circunstâncias da territorialização da agroindústria Álcool Verde no município de Capixaba/AC. Diante disso, algumas questões nos preocupam, dentre elas, quais as implicações que esse processo acarretará nos assentamentos circunvizinhos e também na disponibilidade e formas de trabalho.

2. A questão do campesinato

No período entre as duas fases do setor sucroalcooleiro no estado, da Alcobrás para a Álcool Verde, a área da antiga Alcobrás foi desapropriada e fragmentada em dois assentamentos, abrangendo 670 famílias: PA Alcobrás e PA Zaqueu Machado, mudando a concepção do uso da terra do agroindustrial capitalista para o familiar camponês. Isso significa que, o estabelecimento agropecuário “ALCOBRÁS” que concentrava 11.000 ha nas mãos de um proprietário foi desmembrado e dividido, dando lugar para vários proprietários viverem da terra e produzir para abastecer o mercado local. Além disso, também significa inclusão social na medida em que disponibiliza terra e fornece os meios de trabalhos para diversas pessoas. De certa forma esta mudança significou um avanço na questão agrária do município, tendo em vista que desapropriou a terra improdutiva do empreendimento falido e destinou à reforma agrária.

A população dos assentados é formada por: a) antigos seringueiros que viviam no local antes do proprietário transformá-la em fazenda de gado e vendê-lo ao antigo dono da Usina Alcobrás; b) camponeses desterritorializados de outros locais que passaram a ocupar a área de terra da antiga usina no momento em que ela se encontrava estagnada, como também, c) alguns trabalhadores provenientes das cidades vizinhas (recriação do campesinato).

Observe algumas características desses assentamentos (BRASIL, 2007):

1) PA Alcobrás: criado através da Portaria nº 058, da Superintendência Regional do INCRA no Acre (SR 14) em 24/11/1998, abrangendo uma área de 7.690,8510 ha, com 434 famílias assentadas;

2) PA Zaqueu Machado: criado através da Portaria nº 023, da Superintendência Regional do INCRA no Acre (SR 14) em 10/08/2001, abrangendo uma área de 3.768,7340 ha, com 236 famílias assentadas.

Essa iniciativa de fragmentar a terra da antiga usina, que aqui podemos relacionar com um latifúndio que estava totalmente improdutivo, em pequenos lotes destinados ao assentamento de agricultores familiares foi uma ação muito importante e digna de ser louvada na medida em que se legitima como uma política de reforma agrária. Observe que os 11.459,585 ha desapropriados de um único estabelecimento – a Alcobrás - foram destinados para 670 novos estabelecimentos ou famílias em dois assentamentos, caracterizando uma desconcentração de terra que é muito importante em termos sociais e econômicos.

Atualmente, com a criação da Álcool Verde novas questões surgem intimamente ligadas com a questão agrária no município, pois se havia avanço na criação dos assentamentos agora pode ocorrer retrocesso, na medida em que a terra voltará a ser concentrada e o trabalhador subordinado a uma forma de trabalho degradante desconhecida em nossa região, caracterizada pelo adjetivo de “bóia-fria”.

Para nos dar uma noção da idéia que os assentados tinham a respeito da Álcool Verde, apresentaremos o resultado de uma pesquisa sobre o tema (RIMA, 2008, p. 35). No início da territorialização, os gestores e idealizadores do projeto pensaram em uma alternativa que pudesse inserir os assentamentos na sua lógica produtiva, ou seja, plantar cana-de-açúcar nos assentamentos, usar os camponeses para o plantio, colheita e no processamento na indústria. Foram feitos contatos e um violento alarme de forma positiva sobre os avanços que teriam se aderissem ao projeto, e eles responderam da seguinte forma: dentre os assentados entrevistados

07 almejam trabalhar na indústria enquanto que 19 não. Dos 26 assentados entrevistados nenhum almeja trabalhar no canavial. Em relação ao plantio de cana nos seus lotes somente 03 sinalizaram positivamente enquanto que 23 negativamente. Em relação ao arrendamento dos lotes 08 almejavam arrendar enquanto que 18 não. Por fim, 07 pretendiam intensificar cultivos e 19 não. Estes dados corroboram que a maioria dos assentamentos entrevistados não pretendia participar no projeto Álcool Verde, no entanto, poderá existir pequena participação dos assentados em todas as partes do processo: plantio, colheita e indústria.

Diante disso, com a reativação do agronegócio indagamos quais serão as implicações nos assentamentos? A resposta baseia-se na teoria que enfoca o desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro como “contraditório e combinado”, pois ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações capitalistas através do trabalho assalariado, ele produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (OLIVEIRA, 1999, p. 73). Assim, mesmo sabendo que existem particularidades entre ambos (camponeses e capitalistas) seria natural a utilização da propriedade camponesa para a reprodução do capital.

O desenvolvimento do capitalismo no campo, “contraditório e combinado”, ocorre principalmente de duas formas: pela territorialização do monopólio ou monopolização do território:

No primeiro mecanismo desse processo contraditório, ou seja, em que o capital se territorializa, tornando-se também proprietário da terra (indústria e latifúndio), varrendo do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para serem trabalhadores da indústria, comércio ou serviços, quer para serem trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias) (OLIVEIRA, 1999, p. 106). No segundo caso, o próprio capital cria as condições para que os camponeses produzam matérias primas para as indústrias capitalistas ou mesmo viabilizem o consumo dos produtos industriais no campo (OLIVEIRA, 1999, p. 106).

No decorrer da pesquisa procuramos observar essa teoria de desenvolvimento “desigual e contraditório”, tentando compreender em qual das linhas teóricas se encaixava a relação da Álcool Verde com os assentamento para fins de reforma agrária (PA Zaqueu Machado e PA Alcobrás) se o monopólio territorializava-se ou se monopolizava o território.

Diante da realidade apreendida, percebemos que a agroindústria não aplica nenhuma das lógicas territorializantes sobre os assentamentos, em decorrência de vários fatores:

1. Da incipiente adesão dos assentados com o projeto;
2. Da divisão dos assentamentos em lotes pequenos para o padrão do agronegócio;
3. Da impossibilidade de aplicar a colheita mecanizada nos assentamentos em virtude do desnível do terreno.

A exceção é o lote 04 do PA Alcobrás que pela proximidade com o plantio da Álcool Verde foi arrendado pela assentada, sobrando de sua área apenas o espaço de sua moradia.

Por conseguinte, percebemos que há outro movimento direcionando para fazer dos assentamentos um “exército de reserva” do agronegócio nos trabalhos manuais que não requeiram habilidades técnicas, tais como plantio, manutenção e colheita nos locais onde é impossibilitada a colheita mecanizada. Nesse caso, a localização dos assentamentos junto à agroindústria teria papel estratégico na manutenção da força de trabalho necessário no projeto. No entanto, como consequência, o trabalho nos assentamentos e a produção de alimentos seriam prejudicados.

Dessa forma, foi possível perceber a presença de assentados atuando como força de trabalho assalariada na Álcool Verde. Podemos citar o exemplo do Sr. R. N.

C. de M. (2009), que era seringueiro no local onde posteriormente foi instalada a Usina Alcobrás e passou a ser posseiro da área quando o empreendimento faliu. Atualmente, o mesmo é assentado do Projeto Alcobrás e trabalhador assalariado da empresa. O Sr. V. M. F. (2009) é assentado no Projeto Alcobrás e trabalha na manutenção do canavial, deixando o lote para ser utilizado pelo vizinho em parceria. Do Projeto de Assentamento Zaqueu Machado encontramos o Sr. A. X. P. de S. (2009) que está trabalhando na manutenção do canavial e que só trabalha no seu lote nos dias de folga.

3. As condições de trabalho na agroindústria

Por volta do terceiro trimestre de 2007, a empresa já contava com cerca de 400 empregados (RIMA, 2008, p. 12), a maioria em caráter temporário ocupados na formação do canavial. O trabalho empreendido nesta fase foi o mais árduo, pois foi preciso limpar toda a área e prepará-la para o plantio da cana. Como para esta atividade não foi exigido conhecimento técnico, mas tão somente força para serviços gerais ou braçais, a mão-de-obra foi provida pela comunidade rural das imediações.

No ano de 2009, em função da interrupção temporária das atividades em virtude de problemas no processo de licenciamento, a quantidade de empregados diminuiu bastante para somente 68 trabalhadores. A maior parte destes trabalhadores, 38 ou 55,88%, estavam empregados em funções na administração da Álcool Verde, recebiam remuneração acima de um salário mínimo em regime permanente regidos pela CLT.

Como requisito para o trabalho na administração da empresa foi exigido o conhecimento técnico ou experiência no setor sucroalcooleiro, como não foi encontrada mão-de-obra com esse perfil em decorrência da inexistência desta

atividade na região então se buscou pessoas que se encaixasse nesse perfil em outras regiões onde o Grupo Farias possui usinas. Por isso, a origem da maioria dos trabalhadores da administração é de outros estados.

Em relação à escolaridade dos trabalhadores da administração, ficou claro que o mínimo aceitado era o ensino médio para as atividades auxiliares, e o superior ou tecnológico para as atividades técnicas como engenheiros, contadores etc.

Para conceituar o empregado permanente usamos como referencial a base do IBGE (2006, p. 29):

Empregado permanente – pessoa contratada para trabalhar de maneira regular e contínua em atividades do estabelecimento agropecuário, com, no mínimo, seis meses de contrato ou, se por menor período, foi contratada com esta característica. Não se considerou o administrador do estabelecimento agropecuário como empregado permanente, porque se o produtor fosse uma pessoa jurídica, ele seria considerado como o responsável pelo estabelecimento (IBGE, 2006, p. 29).

O restante desses trabalhadores, 30 ou 44,11% eram empregados temporários contratados especificamente para a limpeza do canavial pelo período de dois meses, com remuneração de um salário mínimo. A maioria é proveniente da cidade de Senador Guiomard e o restante dos Projetos de assentamento Alcobrás e Zaqueu Machado, possuíam entre 25 a 45 anos de idade.

Segundo IBGE (2006) o empregado temporário é:

[...] pessoa contratada para trabalhar no estabelecimento agropecuário uma ou mais vezes em tarefas temporárias ou eventuais, como destocamento, preparo da terra, plantio, colheita, limpeza de pasto, reforma de cercas, etc., sem a intermediação de terceiros. Não se considerou como empregados temporários do estabelecimento, as pessoas que foram levadas por terceiros (empreiteiros contratados pelo produtor) para executar tarefas no estabelecimento (IBGE, 2006, p. 29).

Em relação à ocupação anterior, muitos já estavam ligados com o trabalho na terra, pois possuem lotes nos assentamentos ou moram com parentes que vivem da agricultura e/ou pecuária. No caso das mulheres, a maioria se ocupava no trabalho doméstico.

Em relação ao sexo dos trabalhadores temporários, na manutenção do canavial os homens eram maioria com: 26 ou 86,66. As mulheres estavam presentes na minoria: somente 04 ou 13,33%, a maioria para complementar a renda familiar.

A escolaridade dos trabalhadores temporários era muito baixa, alguns nunca foram à escola, mas a maioria passou pelo ensino fundamental. A interrupção do estudo para a maioria dos homens foi para trabalhar e ajudar no orçamento familiar, já as mulheres interromperam por motivo familiar às vezes ligado a maternidade.

Para esses trabalhadores as condições de trabalho nos canaviais não são nenhum pouco confortável. Os trabalhadores reclamaram da exposição às condições insalubres do clima no interior do canavial, nos dizeres dos entrevistados “parece um ‘forno’ de tão quente” que muitos se “sentem mal” sendo necessário consumir bastante água para agüentar. Além disso, há o perigo de ser atacado ou picado por alguma cobra ou outro animal peçonhento.

A jornada de trabalho variava de acordo com o tempo, se estivesse chovendo bastante, o trabalhador era dispensado mais cedo, por não haver condição de executar as tarefas, fazendo a reposição do dia ou das horas ociosas em outro momento propício. No geral, a jornada de trabalho era dividida em dois turnos de quatro horas totalizando as oito horas diárias, com duas horas de intervalo para a refeição. Os excessos de horas trabalhadas e as ausências eram balanceadas com “folga” ou reposição, sem que fosse necessário pagar pelas horas extras trabalhadas.

O percurso até a usina era feito por transporte coletivo terceirizado pela empresa, somente para os trabalhadores provenientes da cidade de Senador Guimard. Os moradores dos assentamentos geralmente se deslocavam até a usina através de transporte próprio (moto ou bicicleta) ou com a ajuda de vizinhos. As condições do ônibus que transportava os trabalhadores eram razoáveis, dispendo de

água para o consumo dos usuários, bancos e cintos de segurança reformados, atendendo as mínimas exigências da empresa no ato da contratação.

Este ônibus também servia de abrigo para os trabalhadores durante as refeições. No meio do canavial, ao lado do veículo tinha um suporte com uma lona que ao ser suspenso dava origem a uma área sombreada. Na “sombra do ônibus” era montado o refeitório, distribuído algumas mesas e cadeiras onde os trabalhadores faziam suas refeições e descansavam.

As refeições como de costume nesse ramo de negócios são providas pelos próprios trabalhadores que trazem de suas casas o alimento pronto, condicionado em marmitas. Daí o nome “bóia-fria” em menção a alimentação dos trabalhadores produzidas durante as primeiras horas do dia em suas residências e consumidas no período de intervalo do meio dia, já bastante frias.

Com o funcionamento da usina a tendência é aumentar o número de trabalhadores temporários para a colheita do canavial e para o replantio. Existia uma expectativa de na safra 2008/2009 à 2009/2010 de ocupar 720 pessoas na safra e 330 pessoas na entressafra, no entanto, isso não ocorreu. Na safra a mão de obra estaria dividida por: 40 pessoas na administração, 280 pessoas na indústria, 400 pessoas na parte agrícola.

Como a demanda por mão de obra é determinado pelo regime de operação do empreendimento e este ainda não está operando devidamente os dados referentes à quantidade de trabalhadores nos anos de 2008/2009 não se efetivaram em decorrência das interrupções que prejudicaram a reforma da usina e a colheita da cana-de-açúcar, que determinou para a não realização da safra e entressafra de 2008/2009.

No entanto, no dia primeiro de setembro de 2010, ou seja, após cinco anos e seis meses de sua compra pelo governo do estado, depois de reformado a indústria e contratado os trabalhadores especializados para operá-la, a usina entrou em

funcionamento e começou a produzir, ocupando 45 trabalhadores na administração, 290 na indústria e 400 na parte agrícola.

Depreende-se que, os empregos gerados durante o funcionamento total da Álcool Verde 55,42% serão destinados a parte agrícola. Este percentual se refere aos empregos temporários providos com pessoas de origem acreana, provavelmente dos municípios de Capixaba, Senador Guiomar e dos assentamentos Zaqueu Machado e Alcobrás, com conhecimento tradicional agrícola, mas sem instrução técnica. Em sua maioria homens, subordinados às condições de trabalho desagradáveis, alimentados a base de “bóia-fria”.

Em segundo lugar, com 39,45% do total de empregos gerados está o setor industrial. Neste ramo estão os trabalhadores permanentes, provenientes de outros estados onde existe usina do Grupo Farias remanejados para a Álcool Verde, que possuem formação técnica e experiência no setor sucroalcooleiro. Provavelmente esses trabalhadores serão bem remunerados, pelo fato de não existir mão-de-obra com esta capacidade no estado.

Em último lugar em relação à quantidade de empregos gerados está a administração, com somente 6,10% restante, neste ramo as condições de trabalho são bem melhores, nem se compara com o canavial. Por esse setor possuir uma obrigação estratégica, ou seja, de implantar e manter uma agroindústria para produção de álcool e açúcar na Amazônia, os critérios e exigências para a ocupação do cargo são mais rígidos, por isso a mão-de-obra foi exportada de outros estados onde existe usina do Grupo Farias remanejados para a Álcool Verde, que também possuem formação técnica e experiência no setor sucroalcooleiro. Provavelmente, esses trabalhadores serão os melhores remunerados pela obrigação e posição na empresa.

Considerações finais

Portanto, concluímos este trabalho afirmando que a territorialização da Álcool Verde S/A implicou na questão agrária do município de Capixaba na posse e uso da terra e nas condições de trabalho, nos seguintes aspectos: a agroindústria atualmente concentra descentralizadamente 5.727,66 hectares de terra que corresponde a 3,9% da área do município, sendo que, o plano diretor prevê que no ano de 2015 a agroindústria possuirá 33.258 ha de terra para o plantio de cana, então, concentrará 22,8% da área do município.

Além disso, se os objetivos da empresa se concretizar no ano de 2015 a cana possuirá uma área equivalente a 70% da área de pastagens e 1.593,57% da área de lavouras. Este fato pode gerar conseqüências não só na posse e uso da terra, mas, também, no desmatamento da floresta, na ocupação do trabalhador e na disponibilidade e qualidade de alimentos.

Outro fato que merece atenção é que de 2005 (ano de inicio territorialização da cana) a 2009 houve aumento da área plantada com cana em 1.890 ha e diminuição da área plantada de feijão em 70%, de arroz em 40%, de milho em 31% e mandioca em 77%. Estes dados indicam que o plantio de cana cresceu e a área de cereais diminuiu. Além disso, o rebanho bovino do município continuou quase inalterado, o que indica que não houve alteração na área deste setor.

Por fim, as circunstâncias dos trabalhos no canavial (parte agrícola), pelo histórico do setor no Brasil, são degradantes e socialmente não recomendadas para o desenvolvimento. Dessa forma, não contabilizamos nenhum posto de trabalho criado se for nas condições de “bóia fria”, melhor que não seja incentivado.

Referências

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre Fase II: documento Síntese – Escala 1:250.000.** Rio Branco: SEMA, 2006. 354p.

_____. Assembléia Legislativa do Estado do. **Lei Ordinária nº 1.636, de 30 de março de 2005.** Rio Branco, 30 de mar. de 2005. Disponível em: <<http://www.cjcr.ac.gov.br/leisordinarias/2005/lei1636>>. Acesso em 07/11/2007.

_____. Governo do Estado do Acre. **Planejamento Estratégico: Programas estruturantes com impacto na economia, gestão 2007 - 2010.** Rio Branco: 2007. Disponível em: WWW.ac.gov.br.

BOURNE JR, Joel K. Petróleo Verde. *IN: National Geographic: Brasil.* Outubro 2007. Ano 7. nº 91. ISSN 1517-7211. p. 56 – 77.

BRASIL, Instituto de Colonização e Reforma Agrária. **Números da Reforma Agrária.** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em 07/11/07.

_____, Senado Federal. **Decreto Nº 76.593, de 14 de novembro de 1975:** Institui o programa nacional do álcool e dá outras providências. Brasília, 14 de nov. de 1975. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 09/11/07.

FABRINI, José Edmilson. **Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital.** Revista Pegada. Vol. 09 n. 1. Junho 2008.

FERREIRA, Edmilson. Álcool Verde anuncia a fase de industrialização do Acre. **Jornal Página20.** Rio Branco, 12 de ago. de 2007. Disponível em: <http://www.jornalpagina20.com.br/especial/alcoolverdeanunciafaseindustrializacao> nacre>. Acesso em 12/08/2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2006.** Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 10/08/2009.

JANK, Marcos Sawaya. NAPPO, Márcio. Etanol de cana-de-açúcar: uma solução energética global sob ataque. In: ABRAMOVAY, Ricardo (Org.). **Biocombustíveis: a energia da controvérsia.** São Paulo: SENAC, 2009.

LINS, Clarissa; SAAVEDRA, Rafael. **Sustentabilidade Corporativa no Setor Sucroalcooleiro Brasileiro.** Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável: Rio de Janeiro, 2007.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos Caminhos da Geografia.** São Paulo: Contexto, 1999, 5ª ed.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** 30 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PROÁLCOOL, Programa Brasileiro de Álcool. Disponível em: <<http://www.biodieselbr.com/proalcool>>. Acesso em 26/10/07.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIMA. Relatório de Impacto ao Meio Ambiente. **Implantação de Unidade Industrial de açúcar e álcool no município de Capixaba, Acre**. Núcleo de Estudos de Planejamento e Uso da Terra (NEPUT). UFV, 2008.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. São Paulo: Edusp, 2007.

SOUZA, Suzane Tosta; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **As “novas” estratégias do capital para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio**. Revista Pegada – vol. 09 n. 1, junho de 2008.

WELCH, Clifford Andrew; FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. IN: PAULINO, Eliane Tomiasi. FABRINI, José Edmilson. (org). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de pós-graduação em geografia. 2008.

ENTREVISTAS E REUNIÕES (ESCRITAS E/OU GRAVADAS)

A. X. P. S. Trabalhador da Álcool Verde. Entrevista [abril. 2009]. Entrevistador: Cleilton Sampaio de Farias e José Alves. Capixaba/AC, 2009. 01 fita cassete (60 min), estéreo. Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado do entrevistador.

E. P. S. Gerente administrativo e financeiro da Álcool Verde. Entrevista [abril. 2009]. Entrevistador: Cleilton Sampaio de Farias e José Alves. Rio Branco, 2009. 01 fita cassete (60 min), estéreo. Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado do entrevistador.

R. N. C. M. Trabalhador da Álcool Verde. Entrevista: [abril. 2009]. Entrevistador: Cleilton Sampaio de Farias e José Alves. Capixaba/AC, 2009. 01 fita cassete (60 min), estéreo. Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado do entrevistador.

S.M. Senador da República pelo PT. Entrevista [abril. 2009]. Entrevistador: Cleilton Sampaio de Farias e José Alves. Rio Branco, 2009. 01 fita cassete (60 min), estéreo. Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado do entrevistador.

V. M. F. Trabalhador da Álcool Verde. Entrevista [abril. 2009]. Entrevistador: Cleilton Sampaio de Farias e José Alves. Capixaba/AC, 2009. 01 fita cassete (60 min), estéreo. Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado do entrevistador.